Mostra do Encontro Goiano de Economia Solidária - EGESOL

ANÁLISE DE CONTEÚDO ENTRE TEXTOS ACADÊMICOS QUE TRATAM DA RELAÇÃO ENTRE AGROECOLOGIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Daniel Alves

Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão

e-mail: danalves1978@yahoo.com.br

Área temática de conhecimento: Ciências Humanas

II Mostra do Encontro Goiano de Economia Solidária - EGESOL

Resumo: O presente trabalho visa identificar a presença e a proximidade de certos conjuntos de palavras-chave em torno ao tema "Agroecologia e economia solidária". Para tanto, elaboramos uma busca numa plataforma de pesquisa virtual de textos científicos *Google Scholar,* para depois selecionar um conjunto de textos intrinsecamente relacionados ao assunto. A partir disso, examinamos a proximidade, no conteúdo examinado, de conjuntos de palavras-chave que elegemos como fundamentais. O resultado é que, no conjunto da literatura especializada que examinamos, a tendência apresentada é a de aproximar certos conceitos geralmente vistos como antípodas, como "desenvolvimento" e "sustentabilidade" ou "economia" e "ecologia", geralmente operando ressignificações nos conjuntos "desenvolvimento" e "economia" no sentido de distanciá-los de uma visão convencional.

Palavras-Chave: agroecologia; economia solidária; análise de conteúdo.

Introdução

A proximidade entre os temas “agroecologia” e “economia solidária” é compreensível a partir da constatação de que ambas pertencem a um mesmo repertório (ou “campo semântico”, numa linguagem semiótica). A agroecologia surgiu ao longo das décadas de 1960 e 1970, com o nome “agricultura alternativa”, antepondo-se às práticas e consequências da Revolução Verde sobre a produção de alimentos em escala mundial (ALTIERI, 2012; SAUER; BALESTRO, 2013). A economia solidária, por outro lado, reedita preceitos do socialismo utópico, especialmente no que tange ao reconhecimento do valor moral da economia e do trabalho, e da dignidade do ser humano que trabalha, todos estes esquecidos por conta da exploração do trabalho. Como lembra Cunha (2013, p. 64-71), as experiências baseadas no cooperativismo foram contemporâneas à segunda revolução industrial no século XIX.

Ambas, agroecologia e economia solidária, são movimentos utópicos. Aqui, cabe dizer que a palavra utópico não designa fixação por qualquer irrealidade ou ficção, mas significa uma abertura para projetos coletivos futuros nos quais as desigualdades geradas pelo sistema capitalista possam ser contrabalançadas (ou superadas, segundo a dialética da utopia marxista) por circuitos mais igualitários de produção, circulação e consumo. Ambas são movimentos, dado que a economia solidária geralmente opera por organizações e redes de organizações da sociedade civil, enquanto que a agroecologia é também um movimento (além de ser uma ciência e uma prática, WEZEL et al, 2009). Quando os atores sociais que defendiam formas de agricultura agroecológicas fizeram frente ao avanço dos agroecossistemas baseados no monocultivo e na tecnificação da produção agrícola (agronegócio), certamente viram as experiências concretas das associações e das cooperativas como ferramentas destinadas a integrar pequenos produtores que não teriam capacidades técnicas e econômicas de conduzirem sozinhos a transição de sua produção para a agroecologia.

Outro elemento que aproxima esses temas consiste no fato de que ambas promovem práticas baseadas em convergência com os saberes e práticas populares. Por um lado, a agroecologia preconiza práticas de agricultura sedimentadas tanto nos conhecimentos tradicionais e populares quanto no conhecimentos científicos, buscando linhas de

convergência que permitam incrementar a produção com qualidade e solucionar os problemas sempre tendo em vista o equilíbrio do solo. Por outro lado, a economia solidária opera dentro de princípios que propiciam o trabalho coletivo e o ganho de todos de acordo com sua colaboração. Para tanto, convergem conhecimentos de aspectos de comunicação interpessoal e de organização prática do trabalho, além das ferramentas aproximativas características da educação popular, especilamente com base na obra do educador Paulo Freire.

Problema e metodologia

Nosso interesse aqui reside em certos conceitos que são utilizados nos textos que explicitamente relacionam “agroecologia” e “economia solidária”. Tais conceitos são complexos e expressos em palavras, que serão quantificadas como unidades de análise nesse *corpus* selecionado da bibliografia pertinente. Por óbvio, esse é o procedimento característico da análise de conteúdo (BARDIN, 2011; BAUER, 2002), mas gostaria de fazer antecipadamente algumas ressalvas. Nosso interesse na análise de conteúdo é, antes de tudo, exploratório. Isso significa que as relações conceituais que encontraremos nesse *corpus* não são necessariamente generalizáveis para todos os textos sobre “agroecologia” e “economia solidária”. Ainda assim, examinar essas relações conceituais ajudará a entender algumas ressignificações em andamento nesse segmento da literatura. Ao invés de procurar algum nível de significação estatística que permita generalização, buscamos nesse conjunto de textos identificar certas relações antevistas pelo conhecimento prévio da discussão teórica que esses textos fazem, e corroborá-lo ou refutá-lo através da quantificação de algumas de suas palavras.

Primeiramente, por meio da plataforma “Google Scholar”, juntamos os materiais disponíveis em no formato Portable Document Format (pdf) que traziam no título “economia solidária” e “agroecologia”. Incluímos esses onze textos, divididos entre quatro artigos (DUBEUX; BATISTA, 2017; SILVA, 2016; BOCCATO-FRANCO; NASCIMENTO, 2013; SCHMITT, 2010), dois trabalhos acadêmicos (PEREIRA, 2016; CUNHA, 2013), quatro trabalhos publicados em anais de evento (STAHNKE; MARCHESAN; MILANI, 2013; SILVA; MEDEIROS, 2012; GONDIM; ARAÚJO; OLIVEIRA, 2011; BELLINI; MARINHO, 2009) e um capítulo de livro (SCHMITT; TYGEL, 2009) num projeto do software NVIVO 10.0. Em sete destes textos (SILVA, 2016; PEREIRA, 2016; CUNHA,

2013; STAHNKE; MARCHESAN; MILANI, 2013; SILVA; MEDEIROS, 2012; BELLINI; MARINHO, 2009) temos discussões de experiências apresentadas como estudo de caso, mas que não dispensam uma visão mais geral, especialmente nos casos dos trabalhos acadêmicos onde há fôlego para discussões mais longas. Os outros quatro textos (DUBEUX; BATISTA, 2017; BOCCATO-FRANCO; NASCIMENTO, 2013; SCHMITT, 2010; SCHMITT; TYGEL, 2009) são avaliações mais gerais sobre a relação entre agroecologia e economia solidária no Brasil.

Figura 01 – Nuvem de palavras baseada em suas frequências no *corpus*.

Depois de uma exploração livre sobre o conteúdo desses textos (figura 01), codificamos seus segmentos em contexto amplo de acordo com a frequência de certos

substantivos e adjetivos que partilhavam os mesmos radicais. Eles foram agrupados em conjuntos de palavras-chave: “desenvolvimento”, “economia” [incluindo “econômico(s)”, “econômica(s)” e “economias”], “ecologia” [incluindo “ecológico(s)” e “ecológica(s)”], “sustentabilidade” (incluindo “sustentável” e “sustentáveis”) e “solidariedade” [incluindo “solidário(s)” e “solidária(s)”]. As unidades de codificação correspondem via de regra a um parágrafo de texto, e as unidades de análise são os conjuntos de palavras acima explicitados. Só codificamos parágrafos do corpo de texto e dos resumos; títulos e referências bibliográficas não foram codificadas, e também foram desconsiderados parágrafos compostos por listas de itens pontuados ou numerados como tópicos.

Resultados e discussão

A tabela 01 expõe o resultado quantitativo de segmentos codificados do *corpus* em que dois conjuntos de palavras ocorrem num mesmo segmento amplo.

Tabela 01 – Matriz de relações entre conceitos expressos em conjuntos de palavras-chave no *corpus*, dois a dois.

	Desenvolvimento	Ecologia	Economia	Solidariedade	Sustentabilidade
Desenvolvimento	-	32	133	88	54
Ecologia	32	-	147	43	32
Economia	133	147	-	377	74
Solidariedade	88	43	377	-	50
Sustentabilidade	54	32	74	50	-

A correspondência mais frequente, como era de se esperar, com 377 quantificações, é aquela que aponta a relação entre os conjuntos de palavras “economia” e “solidariedade”. A expresão “economia solidária” repete-se 777 vezes nos textos, mas é bom lembrar que desconsideramos muitos segmentos na análise por não fazerem parte do corpo de texto ou dos resumos. Em segundo lugar, encontra-se a correspondência entre os conjuntos de palavras “ecológico” e “econômico”. Isso se deve certamente à repetição do conceito de “economia ecológica” repetido por Cunha (2013) e explicitado logo ao início de sua dissertação. Neste trecho, Cunha baseia-se especialmente no livro *A natureza como limite da economia*, de Andrei Cechin, publicado pela EDUSP em 2010 e ao qual não tivemos acesso:

> A Economia Ecológica surge institucionalmente enquanto corrente de pensamento econômico a partir do estabelecimento da Sociedade Internacional de Economia Ecológica, fundada em 1988 e com o

> periódico Ecological Economics, surgido em 1989. Traz consigo a ideia básica de que os processos econômicos devem ser vistos também como processos de transformação biológica, física e química (CECHIN, 2010), considerando principalmente o fluxo de energia e matéria manifestado na natureza.
> É seguro afirmar que a Economia Ecológica tem seu alicerce no pensamento do romeno Nicholas Georgescu-Roegen, nascido na cidade de Constanza, em 1906. Matemático e estatístico por natureza (*sic*), fora introduzido na economia enquanto doutorando de Joseph Schumpeter (1883-1950), economista este que influenciou relevantemente o pensamento de Georgescu-Roegen, sobretudo na compreensão de que as mudanças fundamentais no sistema econômico são de ordem qualitativa, e não podem ser compreendidas estritamente com números (CECHIN, 2010, *apud* CUNHA, 2013, p. 45-46).

"Economia ecológica" é uma elaboração teórica que corresponde a um esforço intelectual observável ao longo do *corpus* que analisamos. Inclusve, esse esforço implica na existência de revistas científicas que dão suporte a esse conceito [por exemplo, a *Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, onde foi publicado o texto de Boccato-Franco e Nacscimento (2013), que faz parte do *corpus*]. O esforço consiste em aproximar a economia de campos que a ciência convencional e mesmo o senso comum imaginam como estanques. Pensando bem, "economia solidária" participa deste mesmo esforço: o de deslocar a economia do campo das Ciências da Natureza para uma visão humanista dos processos de produção, distribuição e consumo. Conceitos como esses assinalam tentativas de ressignificação das Ciências Econômicas que certamente são objeto de crítica e disputa no campo acadêmico de especialistas em economia. Seja como for, há um investimento claro nos textos em assumir uma visão *alternativa* da economia, embora, a princípio, nenhuma das revistas ou publicações seja deste campo de conhecimento específico.

Em terceiro lugar, temos a associação entre "desenvolvimento" e "economia", que reflete o uso da noção de "desenvolvimento econômico" bastante utilizada não só na literatura especializada, mas também nas discussões públicas em geral. Gostaríamos de salientar que conjuntos de palavras que pertencem ao mesmo campo semântico das utopias ("solidariedade", "ecologia", "sustentabilidade") aproximam-se menos entre elas nos textos do que com o campo semântico dos conceitos mais convencionais ("economia", ou mesmo "desenvolvimento"). Isso reforça o argumento de que as discussões nos textos buscam aproximar campos semânticos que são vistos habitualmente como estanques, ressignificando

o sentido do campo semântico mais convencional de discussão acadêmica, relacionando-o com a dimensão das políticas públicas.

Conclusão

Neste *paper*, buscamos, através do uso de um software, quantificar as proximidades de conjuntos de palavras-chave dentro de textos acadêmicos que traziam no título os termos "agroecologia" e "economia solidária". Selecionando esses textos a partir da plataforma *Google Scholar*, intencionalmente dirigimos nossa atenção para produções que efetivamente faziam a ligação entre esses temas. O método pode ser estendido para outros textos, especialmente os que tratam de temas intedisciplinares, para a percepção de como conceitos de disciplinas ou campos semânticos distintos são ressignificados através de uma maior aproximação ou distanciamento, quando se examina as unidades de codificação.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, M. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Capítulo 10, p. 244-270.

BOCCATO-FRANCO, A.A.; NASCIMENTO, E.P. Decrescimento, agroecologia e economia solidária no Brasil: em busca de convergências. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 21, 2013, p. 43-56.

CUNHA, F.E.O. **Caminhos para socioeconomias alternativas em áreas rurais**: elementos de agroecologia e economia solidária no Assentamento Santa Rita, Aratuba-CE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2 ed. 2013.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement or a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development,** v. 29, p. 503-515, 2009.

Bibliografia analisada

BELLINI, J.H.; MARINHO, M.A. Economia solidária e agroecologia no bairro Guapiruvu, Vale do Ribeira, SP. Trabalho apresentado: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-13.

BOCCATO-FRANCO, A.A.; NASCIMENTO, E.P. Decrescimento, agroecologia e economia solidária no Brasil: em busca de convergências. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 21, 2013, p. 43-56.

CUNHA, F.E.O. **Caminhos para socioeconomias alternativas em áreas rurais**: elementos de agroecologia e economia solidária no Assentamento Santa Rita, Aratuba-CE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

DUBEUX, A.; BATISTA, M.P. Agroecologia e Economia Solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional. **Redes**, Santa Cruz do Sul, Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, mai-ago 2017.

GONDIM, M.F.R.; ARAÚJO, I.T.; OLIVEIRA, I. A experiência da rede xique xique RN: entrelaçando agroecologia, feminismo e economia solidária. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n.. 2, p. 2011,

PEREIRA, E.K.G. **Tecendo redes a partir da articulação entre economia solidária, feminismo e agroecologia**: novas perspectivas de desenvolvimento alternativo no Semiárido Potiguar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Associação em Rede Plena (UFC, UFPI, UFRN, UFPB, UFPE, UFS, UESC), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016).

SCHMITT, C.J. Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. **IPEA Mercado de Trabalho**, v. 42, p. 55-64, fev 2010.

SCHMITT, C.J; TYGEL, D. Economia Solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

SILVA, C.P.; MEDEIROS, P.A. Educação do campo, agroecologia e economia solidária: comunidades quilombolas no Conde/PB. Trabalho apresentado: I SEPPEC – SEMINÁRIO DE PESQUISADORES E PRÁTICAS DO CURSO DE PEDAGOGIA. Graduação em Educação do Campo da UFPB, João Pessoa, 2012.

SILVA, F.R.F. Gênero, agroecologia e economia solidária: estudo de caso do grupo de mulheres do Acampamento Recanto da Natureza em Laranjeiras do Sul - PR. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 39, p. 115-132, dezembro 2016.

STAHNKE, P.G.S.; MARCHESAN, J.B.; MILANI, M.L. Economia Solidária e Agroecologia: diálogos necessários para o desenvolvimento da região do Planalto Norte Catarinense. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013.

EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO CAMPO DA SAÚDE PÚBLICA: revisão integrativa da literatura

Fabiana Ribeiro Santana (1)

(1) Docente do Curso de Enfermagem da Unidade Acadêmica Especial de Biotecnologia da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão. E-mail: fabiana.fen@gmail.com

Eixo: II Mostra do Encontro Goiano de Economia Solidária - EGESOL

Resumo: Esta revisão integrativa da literatura teve como objetivo identificar na literatura nacional e internacional as potencialidades e fragilidades do empreendedorismo social no campo da saúde pública. Para a busca dos estudos, foram utilizadas as bases de dados LILACS, MEDLINE e BDSP, entre os anos de 2007 a 2017. A amostra foi constituída por 6 estudos. O empreendedorismo social propõe uma nova perspectiva de modelos de negócios sustentáveis em ações não-lucrativas e mesmo lucrativas. A capacidade de adaptação aos diferentes cenários que apresentam a necessidade de intervenções permite que o empreendedor social em saúde crie parcerias e redes que se beneficiam das potencialidades locais das comunidades ao mesmo tempo que criam novas tecnologias de cuidado à saúde.
Palavras-Chaves: Empreendedorismo Social; Responsabilidade Social; Protagonismo Social; Educação em Saúde; Saúde Pública.

Introdução

Empreendedorismo social ainda é um conceito em construção entre teóricos (OLIVEIRA et al., 2016), cujo enriquecimento se irá fazendo através da abertura às diferentes escalas setoriais (bairros, comunidades e escolas) e territoriais (local, regional, nacional ou internacional) (PARENTE et al., 2012).

É consensual que o conceito de empreendedorismo social nasce em um contexto americano e que, a despeito das divergências entre as escolas que se debruçam sobre o fenômeno, todas contribuíram quer para o crescimento do interesse pelo tema quer para a consensualização da necessidade de encontrar formas inovadoras no uso de métodos de negócio adequados à resolução de problemas sociais. As divergências face ao conceito de empreendedorismo social resultam da sua recentidade e de se desenvolver no âmbito de contextos setoriais e territoriais diversos, não existindo por isso uma definição unânime e uma precisão na delimitação de suas fronteiras (PARENTE et al., 2012).

Neste estudo partimos da compreensão que os empreendimentos sociais são organizações, programas ou projetos que possuam essencialmente um fim social ou uma finalidade pública e que utilizem um método social para alcançá-lo (TYSZLER, 2007). Desse modo, o empreendedorismo social diverge do tradicional ou de caráter privado.

Dees (1994) sugere que um empreendimento social diferencia-se das demais iniciativas através de duas dimensões centrais e quatro dimensões amplificadas.

As dimensões centrais são:

- objetivo social, propósito social e fim social: o objetivo primário de um empreendimento social é manter ou melhorar as condições sociais de modo que vá além dos benefícios financeiros criados para financiadores, gestores, empregados ou consumidores de uma organização (DEES, 1994).
- método social: para atingir seus objetivos primários, o empreendimento social se apoia na boa vontade (motivações comunais, altruístas, afiliativas ou não-pecuniárias) de, pelo menos, alguns de seus integrantes chave (DEES, 1994).

As dimensões amplificadas são:

- sacrifício de retorno financeiro aos financiadores: os fundadores e financiadores de um empreendimento social submetem-se a aceitar retornos menores que taxas de mercado

em seus investimentos ou nenhum retorno com o propósito de permitir o desenvolvimento social da organização (DEES, 1994).

- motivação social da força de trabalho: a força de trabalho central em um empreendimento social é motivada de forma significativa pelo retorno não pecuniário associado à missão social da organização (DEES, 1994).
- precificação abaixo do custo para os consumidores: os consumidores ou beneficiários primários das atividades de um empreendimento social não são obrigados a pagar o custo total de produção (DEES, 1994).
- governança orientada pela missão: governança de um empreendimento social tende a tomar a forma de um conselho que se baseia no senso de representatividade da missão social da organização (DEES, 1994).

O empreendedorismo social tem como função suprimir alguns dos problemas sociais específicos encontrados na comunidade, sendo assim, ações assistencialistas e caritativas não se enquadrariam nesse termo, pois elas servem como subsídios momentâneos em situações de tragédias, crises sociais e ambientais, mas raramente eliminam problemas sociais pertinentes, ou seja, não fortalecem as pessoas para mudarem seus cenários (OLIVEIRA et al., 2016).

O empreendedorismo de caráter social é voltado para as questões sociais, ou seja, a produção de bens e serviços para a comunidade em situação de vulnerabilidade, sem prever um retorno financeiro. Desse modo, tem o potencial para promover o desenvolvimento humano, a realização pessoal e o impacto social (ERDMANN et al., 2009). O empreendedorismo social se constitui, portanto, em um importante mecanismo de mobilização e transformação da sociedade (BACKES; ERDMANN, 2009).

Essa forma de atuação profissional é muito frequente no Brasil e tem apresentado grande destaque na contemporaneidade, inclusive sendo apoiada por políticas públicas e ações governamentais (DE CONTI; FARIA, 2016). Contudo, ainda há muito a ser discutido em relação ao empreendedorismo social no campo da saúde, principalmente ao associá-lo à prática social do cuidado em saúde e enfermagem. É preciso que se multipliquem as iniciativas e que haja o suporte ao cuidado empreendedor da saúde e enfermagem, o qual gera, ainda, muitas controvérsias e dúvidas, a começar pelo debate do tema e a construção de referenciais específicos para a área (BACKES; ERDMANN; BÜSCHER, 2010).

Diante disso, realizamos um estudo bibliográfico do tipo revisão integrativa com o objetivo de identificar o que tem sido publicado na literatura nacional e internacional sobre as potencialidades e fragilidades do empreendedorismo social na saúde pública.

Metodologia

Em revisão integrativa realizada nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analyses and Retrieval Sistema online* (MEDLINE) e *Banque de Données en Santé Publique* (BDSP) em agosto de 2017, utilizamos os descritores controlados (idiomas português, inglês e francês) indexados para cada uma das bases de dados desta revisão. Para combinação destes foi utilizado o operador booleano AND.

Para o desenvolvimento da revisão integrativa adotamos a proposta de Mendes, Silveira e Galvão (2008), que recomendam a elaboração do processo da revisão integrativa partindo de seis etapas: a) Seleção de hipóteses ou questões para a revisão; b) Estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão para seleção do material que compõe a amostra considerada válida na investigação; c) Definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; d) Avaliação dos estudos incluídos na revisão; e) Interpretação dos resultados; f) Relato da revisão.

Este método possibilita a busca à avaliação crítica e a síntese das evidências disponíveis sobre o tema investigado, por reunir e contemplar o conhecimento científico produzido, por meio da análise dos resultados já evidenciados em estudos de pesquisadores sobre o determinado tema. Além de seu produto final evidenciar o estado atual do conhecimento sobre determinado tema, serve de subsídio para a implementação de intervenções efetivas em política públicas, na saúde e na sociedade bem como para a identificação de lacunas que direcionem para o desenvolvimento de pesquisas futuras (LUCENA et al., 2015).

Essa revisão integrativa buscou resposta para o seguinte questionamento: O que tem sido publicado na literatura nacional e internacional sobre as práticas de empreendedorismo social na saúde pública?

Com a definição da questão foi realizada uma busca nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e *Medical Subject Headings* (MeSH) para selecionar os descritores para a busca nas bases de dados. Utilizamos o descritor controlado Saúde Pública (*Public Health, Santé*

Publique) e o descritor não controlado: Empreendedorismo social (*Social entrepreneurship, Entrepreneuriat Social*).

Foram incluídos os artigos que abordavam o empreendedorismo social no contexto da saúde; disponíveis online e na íntegra; publicados em inglês, espanhol, francês e português, no período 2007 a 2017.

A busca dos estudos nas bases de dados selecionadas ocorreu no mês de agosto de 2017 e foi realizada pelos autores da presente revisão integrativa.

Foram identificados 220 estudos e as estratégias de busca utilizadas nas respectivas bases de dados são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Número de estudos identificados nas bases de dados (n=220), incluídos na revisão integrativa, Catalão - GO, Brasil, 2017

Base de dados	**Nº de estudos (n=220)**
LILACS	02
MEDLINE	218
BDSP	00

Após a leitura dos 33 estudos pré-selecionados, 27 foram excluídos e a amostra da presente revisão foi constituída por 6 estudos. As estratégias de busca utilizadas nas respectivas bases de dados e os motivos da exclusão foram apresentadas no fluxograma (Figura 1), como recomendado pelo grupo PRISMA (MOHER et al., 2009).

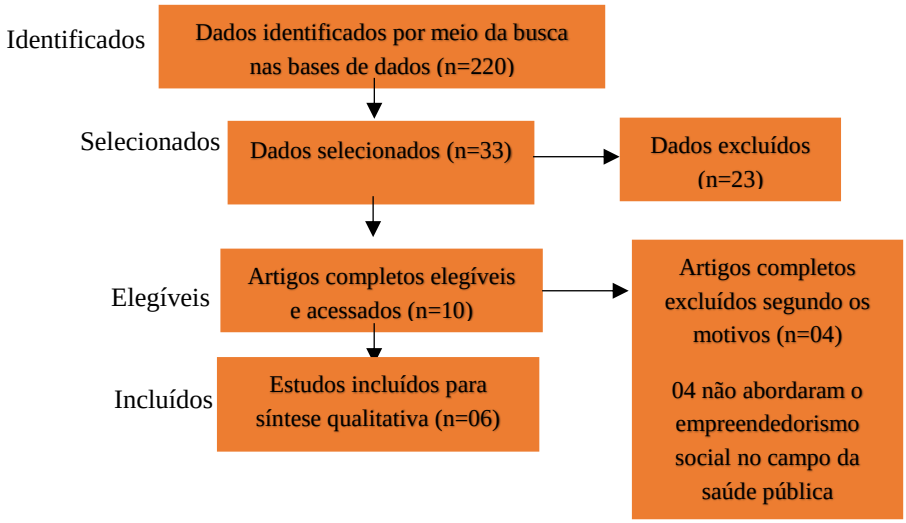

Figura 1 - Fluxograma, segundo PRISMA, para seleção dos estudos encontrados, Catalão - GO, 2017.

Após leitura exaustiva de cada um dos artigos selecionados, foram sintetizados os seguintes aspectos: ano de publicação, idioma, país onde o estudo foi realizado, autores e periódicos, delineamento do estudo, tamanho da população/amostra do estudo, potencialidades e fragilidades de empreendimentos sociais no campo da saúde pública.

Resultados e Discussão

A tabela 02 apresenta a distribuição das publicações incluídas na revisão integrativa segundo o ano de publicação, idioma, país onde o estudo foi realizado, autor e periódico.

Evidencia-se uma concentração maior de trabalhos de instituições estadunidenses, que se deve, entre outros casos, por ser considerado o berço do empreendedorismo social.

Tabela 2 - Distribuição das publicações incluídas na revisão integrativa segundo o ano de publicação, idioma, país onde o estudo foi realizado, autor e periódico, Catalão - GO, Brasil, 2017

Ano	Idioma	País	Autor	Periódicos
2010	Inglês	Estados Unidos	CREAN, K. W.	Health Aff (Millwood)
2010	Inglês	Estados Unidos	WEI-SKILLERN, J.	Prev Chronic Dis
2012	Inglês	Estados Unidos e China	TUCKER, J. D.; FENTON, K. A.; PECKHAM, R.; PEELING, R. W.	PLoS Med
2014	Inglês	Estados Unidos e China	TUCKER, J. D.; MUESSIG, K. E.; CUI, R.; BIEN, C. H.; LO, E. J.; LEE, R.; WANG, K.; HAN, L.; LIU, F. Y.; YANG, L. G.; YANG, B.; LARSON, H.; PEELING, R. W.	BMC Infect Dis
2016	Português	Brasil	BACKES, D. S.; ILHA, S.; WEISSHEIMER, A. S.; HALBERSTADT, B. M. K.; MEGIER, E. R.; MACHADO, R.	Esc Anna Nery
2017	Inglês	Tanzânia	HETHERINGTON, E.; EGGERS, M.; WAMOYI, J.; HATFIELD, J.; MANYAMA, M.; KUTZ, S.; BASTIEN, S.	BMC Public Health

A tabela 03 demonstra a produção científica quanto ao delineamento do estudo, número de participantes, potencialidades e fragilidades de empreendimentos sociais no campo da saúde pública.

Tabela 3 - Produção científica quanto ao delineamento do estudo, número de participantes, potencialidades e fragilidades de empreendimentos sociais no campo da saúde pública, Catalão - GO, Brasil, 2017

Delineamento do estudo	Número de participantes	Potencialidades e/ou fragilidades de empreendimentos sociais no campo da saúde pública
Artigo de opinião	Não se aplica	Transparência - Os empreendedores sociais estruturam seus empreendimentos como entidades transparentes e responsáveis (às vezes até lucrativas). Eles aplicam práticas empresariais e métodos

		para uma "teoria da mudança" explícita - uma hipótese de um mecanismo tão específico que resolva um problema social. Tempo de resposta - Muitos empreendimentos passam do conceito ao protótipo em menos de cinco anos - e às vezes em apenas um ou dois anos. Isso é possível em parte devido à prática de "prototipagem rápida", ou seja, cria-se rapidamente um protótipo, e, em seguida, utiliza-se o feedback antecipado dos clientes ou usuários para iterar projetos adicionais que respondam cada vez mais às necessidades e preferências dos clientes. Os investidores acham atraentes esses ciclos de design mais curtos, porque esses ciclos criam o potencial para obter um retorno sobre seu investimento mais cedo. Reinvenção - Isso ocorre quando o empreendido não cria uma nova tecnologia, mas refina uma tecnologia anterior ou modelo de negócio, ou ainda, quando torna a produção e a distribuição rentáveis. Este processo foi utilizado na invenção de uma nova ferramenta de triagem de câncer cervical. Esta ferramenta, projetada para melhorar a identificação de lesões pré-cancerosas, é utilizada para gerar um mapa digital do tecido. A imagem resultante serve de base para a triagem futura e é usada para atingir com precisão o tratamento.
Estudo de caso	Não se aplica	Redes - Ao formar redes, os líderes podem mobilizar recursos e atividades em todos os limites da unidade, organização e setor para atingir o máximo impacto social.
Artigo de opinião	Não se aplica	Intersetorialidade - Uma abordagem de empreendedorismo social para a saúde sexual (SESH) concentra-se na entrega descentralizada da comunidade, redes multisetoriais e colaboração horizontal (negócios, tecnologia e academia). Marketing social - Pode tornar a promoção da saúde sexual mais atraente para subconjuntos de indivíduos de alto risco, incentivando comportamentos saudáveis e reduzindo sistematicamente as barreiras associadas à aceitação dos testes de HIV / DST's. Personalização - O SESH não pode ser padronizado e generalizável em todas as realidades. Exige entrada local e capacidade de resposta da comunidade para garantir o sucesso. Papel social - Os modelos de empreendedores sociais provavelmente serão especialmente atraentes para os grupos vulneráveis em comparação com os serviços tradicionais de organização baseada em comunidades, pois fornecem potenciais fontes de receita e conexões para parceiros de marketing e negócios; proporcionam um senso mais profundo de propriedade e maior capacidade de influenciar o design de programas inovadores em comparação com os programas de organização tradicionais baseados na comunidade; representam uma oportunidade para normalizar mais completamente o processo de teste do HIV em contextos culturalmente apropriados.
Estudo descritivo qualitativo	35 homens que fazem sexo com homens (HSH) e 49 gestores	Sustentabilidade - Os serviços sustentáveis de HIV / sífilis são essenciais para os HSH e outras populações-chave, mas os atuais modelos financeiros de entrega de serviços são desafiados por cortes de orçamento e incerteza. As iniciativas de empreendedorismo social podem ajudar a reorganizar os serviços de saúde sexual, a fim de torná-los mais sustentáveis e orientados pela comunidade. Nossa pesquisa mostra que os modelos de empreendedorismo social não serão panaceias, mas podem ser um complemento útil para promover o teste do HIV. É necessária mais pesquisa de implementação para orientar o desenvolvimento de

		programas piloto de empreendedorismo social focados na melhoria da saúde sexual. Modelo de negócio (lucro) - Nossos dados identificam riscos modificáveis associados ao uso do empreendedorismo social para expandir os testes de HIV / sífilis. O principal desses riscos potenciais é o mal entendimento de um novo projeto de empreendedorismo social como uma empresa puramente lucrativa. Esta confusão poderia ser aliviada através da inclusão de conhecimentos de comunicação em projeto, promoção e implementação de projetos.
Estudo descritivo qualitativo	12 mulheres de uma Associação de Materiais Recicláveis	Desenvolvimento humano - após as intervenções socialmente empreendedoras, as mulheres referiram estarem emocionadas, felizes e sentindo-se bonitas, pois foram estimuladas à melhora da autoestima, o que demonstra o contributo das atividades na promoção da saúde e no viver saudável das mesmas. Dessa forma, evidencia-se a importância do desenvolvimento de atividades que promovam a saúde por meio de práticas socialmente empreendedoras na enfermagem. Novas tecnologias de cuidado/saúde – o empreendedorismo social tem se apresentado como uma nova tendência organizacional, capaz de criar novas tecnologias e ações de cuidado/saúde, no sentido de atingir um maior número de pessoas, com maior efetividade/resolutividade e com menor custo
Estudo de caso quanti-qualitativo	856 alunos completaram a pesquisa de base e 826 completaram o levantamento de acompanhamento	Capacitação e participação social - O raciocínio da ênfase no modelo de educação científica e empreendedor social adotado no âmbito do *Sanitation and Hygiene INnovation in Education* (SHINE) relaciona-se com a necessidade urgente de desenvolver estratégias inovadoras para promover a resiliência e permitir e capacitar as comunidades para desenvolver abordagens locais sustentáveis para melhorar suas perspectivas de educação, saúde e meios de subsistência.

O artigo 1 (CREAN, 2010) sinaliza algumas lições aprendidas no campo do empreendedorismo social em relação aos investimentos em *e-health* e *m-health*: (1) é importante que as fundações e outros investidores sociais façam uma reavaliação franca e estratégica dos riscos financeiros que devem ser enfrentados se as tecnologias de *e-health* e *m-health* forem desenvolvidas a longo prazo; (2) é necessário o apoio ao desenvolvimento de sistemas integrados de cuidados de saúde, como o sistema *Aravind*, que mantêm a promessa de entregar tecnologias de forma sustentável a um grande número de pessoas; (3) deve ser feito um maior investimento na aprendizagem em nível de sistema; (4) deve-se buscar apoio contínuo às bolsas de empresas sociais. Provavelmente será a combinação de uma tecnologia e um modelo de negócios igualmente inovador que permitirá que as inovações em *e-health* atinjam um grande número de pessoas em uma base sustentável; (5) deve-se buscar novo suporte de *angel funds* especializados, voltados para investimentos em *e-health* e *m-health*; (6) deve-se considerar a sabedoria paradoxal de "falhar cedo, falhar barato e falhar rapidamente". Esta é

atualmente a melhor maneira de gerar tecnologias e modelos de negócios que alcançarão e transformarão a vida de um grande número de pessoas.

O artigo 2 (WEI-SKILLERN, 2010) define o empreendedorismo social como atividade inovadora dentro ou entre os setores sem fins lucrativos, governamentais ou empresariais para gerar impacto social (por exemplo, melhorias na saúde pública, conservação ambiental, desenvolvimento econômico). Conforme o autor as organizações em rede oferecem soluções para algumas das barreiras encontradas nos sistemas de saúde, sendo: (1) a abordagem em rede sugere que talvez não seja necessário que a saúde pública chegue a um consenso tendo como base uma única métrica. O objetivo é conseguir que os líderes no campo se concentrem nos resultados de saúde da população, permitindo flexibilidade em torno do que os resultados podem ser e os meios para alcançá-los; (2) os incentivos financeiros devem premiar as organizações que mostram um compromisso duradouro com os objetivos de saúde da população através de suas ações. A confiança é fundamental para permitir que as redes prosperem. Se os participantes temem que sejam explorados pelos seus parceiros de rede, o foco reverte para o interesse próprio. Construtores de redes eficazes procuram pares com valores semelhantes para criar soluções sistêmicas; (3) uma abordagem em rede introduz uma mudança no pensamento sobre a coordenação, não só dividindo responsabilidades, mas também investindo fortemente para promover o desenvolvimento de relações laterais entre várias organizações e setores. Por exemplo, as organizações podem se mobilizar em torno de uma abordagem integral para o tratamento e gerenciamento de doenças, como o diabetes, através do qual os pacientes podem se beneficiar substancialmente de intervenções coordenadas, como nutrição, exercício e cuidados médicos; (4) os líderes devem perceber que maximizar seus próprios recursos organizacionais não é, de fato, medida de sucesso. Em vez disso, os resultados de saúde que devem ser a medida; (5) é importante concentrar-se em questões atuais em vez de prevenir os problemas de saúde da população de amanhã. Qualquer sistema de saúde pago por população deve procurar recompensar líderes e organizações que criem redes para fornecer soluções de nível de sistema ao invés de investir em sua própria sustentabilidade.

O artigo 3 (TUCKER et al., 2012) entende que o empreendedorismo social fornece uma nova abordagem através da identificação de novas estratégias de prevenção, tratamento e retenção. A otimização dos sistemas de saúde e a implementação dos programas são cada vez mais entendidos como principais impulsionadores para a melhora da saúde. O empreendedorismo social usa princípios empresariais para promover o uso sustentável e

inovador de recursos humanos, fiscais e tecnológicos para o bem-estar social. No contexto da saúde sexual, o empreendedorismo social concentra-se em desenvolvimentos sustentáveis de serviços de saúde sexual responsivos com ferramentas sociais empreendedoras, como marketing social, transações condicionais e microempresas. O artigo discute as falhas da abordagem dominante de saúde sexual, explicando os benefícios do uso do empreendedorismo social para saúde sexual (SESH) e a articulação de princípios fundamentais para avançar.

O artigo 4 (TUCKER et al., 2014) examinou as características organizacionais e financeiras dos sistemas atuais de teste de HIV/sífilis para homens que fazem sexo com homens (MSM), além de novos programas-piloto focados na geração de receita para a sustentabilidade, em duas cidades do sul da China. O estudo de pesquisa qualitativa incluiu MSM e partes interessadas (n = 84). Os serviços de teste de HIV/sífilis foram implementados em uma ampla gama de organizações que agruparam amplamente como organizações comunitárias independentes (OCs), clínicas independentes híbridas OC-clínica. Do ponto de vista organizacional, os locais híbridos da OC-clínica ofereceram o ambiente inclusivo de um OC de MSM ligado à capacidade técnica e à equipe treinada de uma clínica. Do ponto de vista financeiro, as partes interessadas manifestaram sua preocupação quanto à sustentabilidade e eficácia dos serviços de saúde sexual dependentes do financiamento externo. O estudo identificou quatro organizações híbridas de OC-clínica que lançaram programas de teste piloto para gerar receita ao mesmo tempo que expandiram o teste do HIV. Muitos OC MSM estão procurando por novos modelos organizacionais para dar conta do suporte externo diminuído. As organizações híbridas OC-clínicas criaram uma base sólida para aumentar os testes de HIV/sífilis usando modelos de empreendedorismo social na China.

O artigo 5 (BACKES et al., 2016) constitui-se de uma pesquisa exploratória, descritiva, de abordagem qualitativa, realizada entre julho e dezembro/2014 com 12 mulheres de uma Associação de Materiais Recicláveis, do Rio Grande do Sul. Os dados coletados antes e após as atividades, por meio de entrevista semiestruturada e observação participante, foram submetidos à análise de conteúdo. Identificaram-se as categorias: da invisibilidade à necessidade de estímulo à saúde e viver saudável - processo dinâmico e complexo de superações diárias; da ausência de estímulo à saúde e viver saudável - o desejo de sentir-se cuidada; contribuições das atividades no estímulo do viver saudável - o significado de "sentir-se gente". As atividades desenvolvidas por meio do empreendedorismo social com as mulheres mostraram-se potencializadoras de autoestima, saúde/viver saudável na realidade investigada.

Considera-se satisfatória a realização deste estudo, pois foi possível identificar as contribuições das atividades socialmente empreendedoras da enfermagem à saúde e ao viver saudável, desenvolvidas com mulheres de uma Associação de Materiais Recicláveis.

O artigo 6 (HETHERINGTON et al., 2017) apresenta resultados de um projeto participativo de Inovação em Educação e Saneamento (SHINE) com base na educação científica e empreendedorismo social voltado à jovens e à comunidade em geral. Com base na Tanzânia rural e remota, este estudo piloto envolveu estudantes de pastorais e a comunidade no desenvolvimento e avaliação de estratégias culturais e contextualmente relevantes para melhorar o saneamento e a higiene. Usando uma abordagem de treinar-o-treinador, as atividades principais incluíram oficinas de professores, aulas baseadas em escolas, atividades extracurriculares, eventos comunitários e uma feira de ciências de saneamento que apresentou projetos relacionados à água, saneamento e higiene em relação à saúde de humanos e animais. O processo e o resultado do estudo foram avaliados através de entrevistas qualitativas e discussões de grupos focais com diversos participantes do projeto, bem como pré e pós-questionários preenchidos pelos alunos sobre conhecimentos, atitudes e práticas em matérias de saneamento e higiene. Os resultados dos questionários, na linha de base e no acompanhamento, mostraram melhorias estatisticamente significativas em medidas-chave, incluindo redução nos comportamentos não higiênicos, aumento da importância percebida na lavagem das mãos, intenção de uso do banheiro e aumento da comunicação nas redes sociais sobre a importância de água limpa e melhores práticas de saneamento e higiene. No entanto, não houve mudanças significativas no conhecimento relacionado ao saneamento. Os dados qualitativos evidenciaram uma forte liderança que emergiu da juventude e do entusiasmo dos professores e alunos quanto à abordagem geral no projeto, incluindo o uso de métodos participativos. Houve um alto grau de envolvimento da comunidade com centenas de membros participantes em eventos escolares. Os projetos da feira de ciências de saneamento abordaram uma série de questões e preocupações pastorais sobre a relação entre água, saneamento e higiene. Vários projetos, como o de fazer sabão a partir de materiais locais, demonstram potencial como uma estratégia sustentável para melhorar a saúde e os meios de subsistência a longo prazo. O modelo do Projeto SHINE é promissor como uma abordagem inovadora e como estratégia de engajamento e capacitação para jovens e comunidades para desenvolver estratégias localmente sustentáveis para melhorar o saneamento e a higiene.

Conclusões

Algumas fragilidades permearam a construção deste estudo, entre eles, a escassez de estudos na temática, utilizando o referencial do empreendedorismo social no âmbito da saúde pública.

Com um quantitativo ainda tímido em relação às publicações gerais sobre empreendedorismo social, a área da saúde pública e, mais especificamente a enfermagem, carecem de mais pesquisas e relatos de experiência. A pouca produção de trabalhos nessa área se dá tanto pela falta de investimento em projetos inovadores quanto pela falta de continuidade de bons projetos que não encontram suporte público e/ou privado.

O empreendedorismo social propõe uma nova perspectiva de modelos de negócios sustentáveis em ações não-lucrativas e mesmo lucrativas. A capacidade de adaptação aos diferentes cenários que apresentam a necessidade de intervenções permite que o empreendedor social em saúde crie parcerias e redes que se beneficiam das potencialidades locais das comunidades ao mesmo tempo que criam novas tecnologias de cuidado à saúde.

Ações inovadoras, ao redor do mundo, chamam a atenção para a importância do empoderamento e participação da sociedade para construção de uma infraestrutura mais duradoura em relação à qualidade de vida e saúde.

Referências

1. BACKES, D. S. et al. Atividades socialmente empreendedoras na enfermagem: Contribuições à saúde/viver saudável. *Escola Anna Nery*, v. 20, n. 1, jan./mar. 2016.
2. BACKES, D. S.; ERDMANN, A. L.; BÜSCHER, A. O cuidado de enfermagem como prática empreendedora: oportunidades e possibilidades. *Acta Paul Enferm.*, v. 23, n. 3, p. 341-7, 2010.
3. BACKES, D.S.; ERDMANN, A. L. Formação do enfermeiro pelo olhar do empreendedorismo social. *Rev Gaúcha Enferm.*, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 242-8, jun. 2009.
4. CREAN, K. W. Accelerating innovation in information and communication technology for health. *Health Aff (Millwood),* v. 29, n. 2, p. 278-83, fev. 2010.

5. DE CONTI, P. C.; FARIA, D. L. de. Empreendedorismo: um caminho para a ampliação da consciência. *Psicologia Argumento*, v. 34. n. 86, p. 230-42, jul./set. 2016.
6. DEES, J. G. *Social enterprise*: private initiatives for the common good. Boston: Harvard Business School, 1994.
7. ERDMANN, A. L. et al. Formando empreendedores na enfermagem: promovendo competências e aptidões sócio-políticas. *Enfermería Global*, n. 16, p. 1-10, jun. 2009.
8. HETHERINGTON, E. Participatory science and innovation for improved sanitation and hygiene: process and outcome evaluation of project SHINE, a school-based intervention in Rural Tanzania. *BMC Public Health*, v. 17, n. 1, fev. 2017.
9. LUCENA, K. D. T. de et al. Emancipation of women in their condition of oppressed and subordinated to man: an integrative review. *J Nurs UFPE on line.*, Recife, v. 9, n. 9, p. 9254-63, set. 2015.
10. MCGINNIS, J. M. Can public health and medicine partner in the public interest? *Health Aff (Millwood)*, v. 25, n. 4, p. 1044-52, 2006.
11. MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVAO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis , v. 17, n. 4, p. 758-64, Dec. 2008.
12. MOHER, D. et al. The PRISMA Group 2009. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA Statement. *PLoS Med*, v. 6, n. 6, 2009.
13. OLIVEIRA, I. R. et al. Empreendedorismo social, pós-modernidade e psicologia: compreendendo conceitos, atuações e contextos. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 9, n. 2, p. 290-311, jul./dez. 2016.
14. PARENTE, C. et al. (Coord.) *Empreendedorismo Social*: dos conceitos às escolas de fundamentação. As configurações de um conceito em construção. Work in progress/Draft. 2012. Disponível em: <http://web3.letras.up.pt/empsoc/index.php/produtos/category/11-artigos>. Acesso em: 19 maio 2017.
15. TUCKER, J. D. et al. Organizational characteristics of HIV/syphilis testing services for men who have sex with men in South China: a social entrepreneurship analysis and implications for creating sustainable service models. *BMC Infect Dis*, v. 14, p. 1-9, nov. 2014.

16. TUCKER, J. D. Social entrepreneurship for sexual health (SESH): a new approach for enabling delivery of sexual health services among most-at-risk populations. *PLoS Med*, v. 9, n. 7, p. 1-6, jul. 2012.
17. TYSZLER, M. Mudança social: uma arte? Empreendimentos sociais que utilizam a arte como forma de mudança. *RAP*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1017-34, nov./dez. 2007.
18. WEI-SKILLERN, J. Networks as a type of social entrepreneurship to advance population health. *Prev Chronic Dis*, v. 7, n. 6, p. 1-5, 2010.

INCUBADORAS SOCIAIS UNIVERSITÁRIAS: UM ESTUDO SOBRE O TIPO DE INSTITUIÇÃO, A LOCALIZAÇÃO E O SERVIÇO PRESTADO

Moraes Ávila, Flávia, flaviaavilamoraes@gmail.com[1]
Assis, Maria Paulina, paulina@ufg.br[2]

[1] Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Psicologia (IBIOTEC)
[2] Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão/Unidade Acadêmica Especial de Educação

Resumo: *Pioneira na UFG – Regional Catalão no que diz respeito aos empreendimentos sociais, a INESSOL (Incubadora Social de Empreendimentos Sócio-Solidários) objetiva por meio deste trabalho conhecer as incubadoras sociais que estão vinculadas as instituições de ensino superior no Brasil, bem como o serviço que as mesmas prestam à comunidade. Para a realização deste estudo foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório que se amparou no site de buscas Google e na plataforma Google Acadêmico. Tendo em vista a estrutural desigualdade social em nosso país, as incubadoras sociais, fazendo uso dos conceitos da economia solidária, são uma alternativa que visa fortalecer pequenos empreendimentos que se configurem como cooperativas ou não, contudo, nota-se que, quando há a presença de endereços eletrônicos, estas não atualizam os trabalhos realizados, dificultando a busca pelo o que tem sido feito nestes projetos. Ao final de nossa pesquisa concluímos que as incubadoras sociais são, em sua maioria, iniciativas de universidades federais e que há uma discrepância em sua distribuição, estando o estado de SP com o maior índice e os estados de MT, SE e PI com os menores.*

Palavras-chave: *Incubadoras Sociais; Economia Solidária; Cooperativas;*

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de uma pesquisa feita sobre incubadoras sociais (IS) de universidades brasileiras. Em geral denominadas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) ou Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários, são criadas em universidades e são atreladas a projetos de extensão universitária. Participam das IS professores, alunos, e, em alguns casos, técnicos das universidades. As IS têm por finalidade a promoção de trabalho de assessoria a empreendimentos de economia solidária (EES), como, por exemplo, as cooperativas de trabalhadores.

A pesquisa foi feita por meio de busca no Google e na plataforma Google Acadêmico, utilizando os termos "Incubadoras sociais no Brasil". Apesar de alguns artigos procurados terem contribuído na aquisição de referências, a maioria das incubadoras sociais foi retirada do site da Unitrabalho (http://www.unitrabalho.org.br/incubadoras/).

Foram encontradas sessenta e uma incubadoras universitárias, distribuídas por 22 Estados, sendo na sua maioria de universidades federais.

Uma dificuldade encontrada foi a falta de informações nos sites das IS, sendo que a maioria delas não divulga na Internet os trabalhos que realizam, nem informações sobre projetos, equipes, etc...

Apresentamos uma breve fundamentação teórica sobre as ITCP, e em seguida os resultados da pesquisa, a discussão e as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A desigualdade social, consequência fundamental do modelo capitalista, faz com que muitas pessoas tenham que buscar alternativas de sobrevivência. Muitas são as situações nas quais podemos observar essa desigualdade, tais como enuncia Mourão & Engler (2014): os problemas de moradia dos trabalhadores, pela crescente exclusão, desocupação rural e desemprego urbano, resultado da expansão agressiva dos impactos negativos do capitalismo e da globalização.

Visando amenizar estes efeitos negativos, a Economia Solidária surge como uma alternativa que foca na geração de renda pelo e para o agrupamento de pessoas que se reúnem em coletivos solidários de autogestão – A Economia Solidária representa instrumento de combate à exclusão social na medida em que apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda para a satisfação diretas das necessidades humanas, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da ética e da solidariedade (NASCIMENTO,

2006 *apud* MOURÃO & ENGLER, 2014, p.330).

Segundo o economista Paul Singer, a Economia Solidária é um modelo de organizar a produção, a distribuição e o consumo, estruturado sob a igualdade de direitos e responsabilidade de todos. Entre suas características destacam a autogestão, a autonomia de cada unidade ou empreendimento e a igualdade entre os participantes ou membros (SINGER, 2002 *apud* MOURÃO & ENGLER, 2014, p.330).

Realizando uma retomada história deste conceito, as autoras Mourão & Engler (2014) destacam que a estrutura da Economia Solidária foi estabelecida na passagem do século XVIII para o século XIX, quando surgiram, na Grã-Bretanha, as primeiras Uniões de Ofício e as primeiras Cooperativas. Conforme nos explica Cançado e Ghizoni (2013) uma cooperativa deve acontecer pelo e paras os cooperados e que, assim, deve surgir da vontade e da necessidade dos cooperados e deve ser por eles construída. Assim sendo, uma cooperativa se configura como um agrupamento de trabalhadores que juntos desenvolvem um empreendimento de forma que todos os integrantes são responsáveis por toda a estrutura, dividindo os lucros igualmente, não existindo a distinção entre patrão e empregado, buscando superar o modelo autoritário já conhecido.

Consoante Cançado e Ghizoni (2013), os empreendimentos que optam pela autogestão e pelo trabalho em bases solidárias estão remando contra a maré do mercado atual, uma vez que, "Justamente por serem ilhas 'autogestionárias', os empreendimentos da economia solidária [EES] encontram uma primeira barreira já em seu ingresso no mercado: a escala e o preço da produção bem como o prazo de pagamento são frequentemente pouco competitivos. Geralmente, a escala é pequena, o preço não é suficientemente competitivo e o empreendimento não tem condições de vender a prazo (CANÇADO & GHIZONI, 2013, p.30).

Visando fortalecer estes empreendimentos, "as incubadoras atuam prestando assessorias aos EES, que em alguns casos, carecem de conhecimentos técnicos e recursos. Com oficinas e atividades oferecidas pela equipe da incubadora, busca-se organizar os participantes dos EES e instruir-lhes, de forma que criem uma dinâmica participativa, não havendo nesse processo sobreposição do saber formal ao saber comum" (MURAD & ABREU, 2016, p.110).

Tendo em vista que nas universidades existem mais de um tipo de incubadora, Neto, Garrido & Justen (2011), nos esclarecem acerca da diferenciação entre Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), bem como Incubadoras de Empreendimentos de Economia Solidária (IEES). Segundos os autores, as incubadoras de base tecnológica envolvem o estímulo e o apoio estrutural à criação e ao desenvolvimento de empresas de base tecnológica em setores tradicionais ou emergentes da economia, voltados à inovação produtiva apoiada pelos interesses do capital. Aquelas de empreendimentos econômicos solidários abrangem o fortalecimento e a viabilização de iniciativas econômico-associativas, de caráter coletivo, que propiciam a (re)inserção produtiva-cultural de estratos marginalizados da população em territórios geralmente desprestigiados pelo capital.

Apesar desta distinção, faz-se válido ressaltar que em nossa pesquisa foram encontradas muitas incubadoras tecnológicas que tinham como foco o fortalecimento de grupos populares que trabalham dentro da perspectiva da economia solidária.

No que tange ao processo de incubação de um empreendimento solidário, Cançado et al. (2010) afirma que a incubação deve prezar pela manutenção da autonomia dos grupos, mesmo quando existe uma metodologia de intervenção direta como o caso da incubação, suas premissas devem prever uma intervenção discutida e aprovada pelos cooperados. Neste mesmo artigo os autores afirmam que muitas são as metodologias de incubação propostas por diversas instituições que apoiam este movimento, contudo, algumas premissas se fazem fundamentais nestes métodos: "A primeira premissa é não diminuir a autonomia do grupo. É importante ressaltar que as ações serão realizadas com os cooperados e não para eles" (CANÇADO et al., 2010, p.11). Complementando esta ideia, EID (2004) alega que a incubadora estabelece um processo de construção dialógica com os trabalhadores diretamente envolvidos no processo de criação e desenvolvimento de cada empreendimento solidário. Esse procedimento significa que a incubadora tem que se colocar no lugar do grupo ao mesmo tempo em que se tornam compreensíveis para os trabalhadores os princípios da economia solidária.

Todo este processo de incubação se apresenta como um desafio para as incubadoras, uma vez que muitos integrantes de empreendimentos solidários não se reconhecem como um agrupamento; um uno. Tendo em vista este fato, Cançado et al. (2010) afirma que "[...] o trabalho com cooperativas (e outros empreendimentos da economia solidária) exige dedicação, tato, técnica e muito bom senso. Deve-se sempre respeitar a velocidade do grupo,

não chegar e colocar tudo de cima pra baixo para implantar 'ideias salvadoras' que irão revolucionar a cooperativa do dia para a noite. A orientação é sempre acompanhar a cooperativa, discutindo com os cooperados e estimulando-os a encontrarem suas próprias soluções" (CANÇADO, 2007 *apud* CANÇADO et al., 2010, p.5).

3. RESULTADOS

Foram encontradas 61 incubadoras universitárias, divididas por tipo de universidade em comunitárias, estaduais, federais, municipais e particular, como demonstrado no quadro a seguir.

Tabela 1 – Tipos de IS

TIPO	Contagem de TIPO
Comunitária	1
Estadual	14
Federal	39
Municipal	1
Particular	6
TOTAL	61

Em termos percentuais, cerca de 64% são de universidades federais, como ilustrado no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Tipos de Universidade das IS

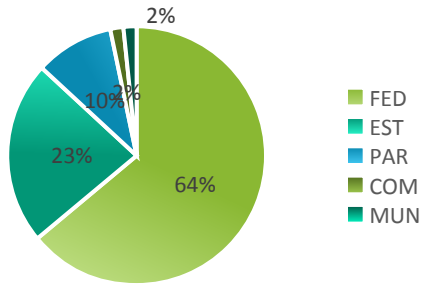

Gráfico elaborados pelos autores

O gráfico mostra as porcentagens de tipos de universidades das IC. Podemos observar que a maior porcentagem é de universidades federais, com 64%, seguidas das estaduais, com 23%, particulares 10%, comunitária com 2% e municipal com 1%.

Uma combinação de dados de totais por Estado da Federação e tipologia de universidade pode ser vista no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Tipos de universidade das IS por Unidade da Federação

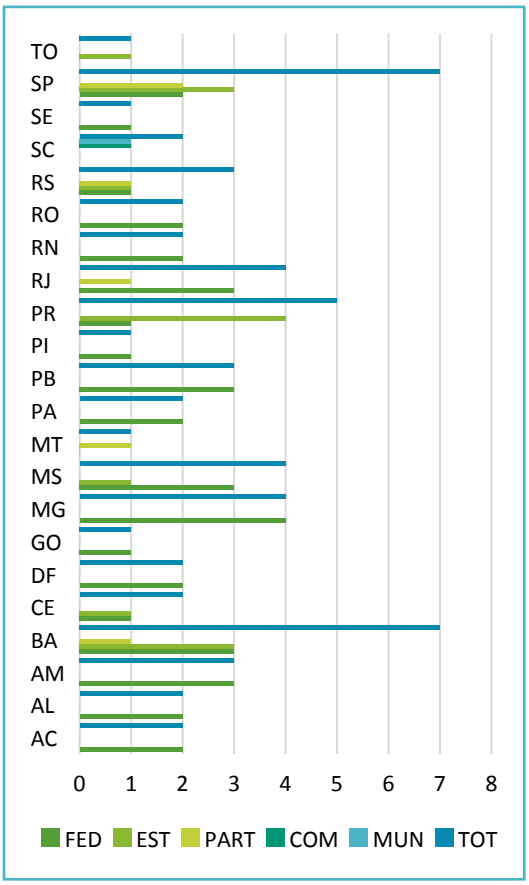

Gráfico elaborados pelos autores

Como pode ser observado há um total de 61 IC distribuídas em 22 unidades da federação. Os Estados com maior número são Bahia e São Paulo, contando com 7 IS cada um. Em seguida temos Paraná com 5, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul com 4, e os demais Estados com menor número. Em geral, as universidades federais são as que mais se destacam, mas é importante observar que no Estado de São Paulo há incubadoras sociais em universidades estaduais e particulares, além das federais. Interessante observar que em Santa Catarina há duas IS, sendo uma em universidade comunitária e outra municipal.

Também procuramos saber sobre os serviços prestados pelas incubadoras universitárias, entretanto, encontramos dificuldades na busca, pois não há muita informação disponível. A seguir tabela informando os serviços prestados por 28 das incubadoras.

Tabela 2 – Serviços prestados pelas IS

NOME DA INCUBADORA	SERVIÇO PRESTADO

Incubadora Social UFG	Atuar com catadores do município de Goiânia e região metropolitana (Aparecida de Goiânia e Trindade)
Multincubadora	Incubadora de Empresas de Base Tecnológica e Incubadora de Tecnologia Social
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP - UFRJ)	Assessoria e consultoria técnica especializada para o planejamento e desenvolvimento do negócio;
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP - USP)	Acompanhar grupos produtivos autogestionários nas práticas econômicas de geração de trabalho e renda
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP - FURB)	Atualmente a ITCP tem assessorado grupos nos segmentos da reciclagem, saúde mental, artesanato, têxtil e prestação de serviços.
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP - UFBA)	Assessoria a projetos de redes de economia solidária em diversos territórios empobrecidos do Estado da Bahia.
Instituto Gênesis	Impulsiona as iniciativas na direção do atendimento às necessidades e o desenvolvimento sustentável da sociedade
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Médio do Paraíba (InTECSOL - UFF)	Presta assessoria a três empreendimentos em Volta Redonda e um em Pinheiral
Incubadora Social e Tecnológia Habits (Incubadora Escola - USP)	Assessoria
Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (INCUBTEC - IFPA - Campus Castanhal)	Prestação de serviços especializados, orientação e consultoria
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IEES - UNITINS):	Apoio sistemático a três experiências de economia solidária.
Incubadora Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias (OASIS - UFRN)	Desenvolve ações junto a estudantes da agricultura familiar, preparando-os para o trabalho coletivo em comunidades e escolas da rede pública de ensino, e ações junto a Empreendimentos Econômicos Solidários preparando trabalhadores para o trabalho e a produção via ato associativo e cooperativo
Incubadora de Empreendimentos Solidários (Incubes - UFPB)	possui ações de acompanhamento e incubação realizados na Zona da Mata – Litoral do estado da Paraíba (proposição, discussão e implementação de Bancos Comunitários como Moedas Sociais)
Incubadora de Empreendimentos Populares Solidários (INCEPS - UFPB - Campus Bananeiras)	Incuba projetos nas áreas de piscicultura em tanques-rede e em viveiros escavados, pesca continental artesanal e estuarina e agricultura familiar nos municípios de Bananeiras, Borborema, Bayeux, Araçagi e Solânea.
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (INCUBA - UFRB)	Atua de forma integrada com a Base de Serviço Territorial de Comercialização
Incubadora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)	Conjunto de atividades de formação, práticas agroecológicas, intercâmbios, acompanhamentos a comercialização, vendas de produtos e feiras.
Incubadora Agroindustrial de Mossoró (IAGRAM - UFERSA)	Orientar e avaliar projetos de geração de tecnologias e novos negócios
Núcleo de Pesquisa Aplicada e Incubação de Empreendimentos Solidários da UESB	Promove a inserção produtiva, inclusão social e desenvolvimento de estudos
Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias (ITESS - UFGD)	Desenvolve ações com Empreendimentos de Economia Solidária (EES) nos âmbitos sociais, econômicos e políticos
Centro de Incubação de Empreendimentos Solidários (CIEPS - UFU)	Oferece apoio a grupos sociais de geração de renda desde o início
Núcleo/incubadora Unitrabalho (Unitrabalho - UEM)	Atua por meio de projetos que têm abrangência nacional e envolvem diversas universidades e outros de abrangência local e regional, envolvendo diversas parcerias
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INTES - UEL)	Promove-se o intercâmbio entre o saber popular, transmitindo as experiências e conhecimentos dos grupos incubados, e o universitário, representado pelo espaço de ação e reflexão dos extensionistas e pesquisadores.
Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL)	Inclusão econômica e social, de democratização nos locais de trabalho, de participação no capital e nos ganhos gerados pelo próprio trabalho
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP - UFV)	Promover a Economia Popular Solidária e o desenvolvimento local sustentável através do fomento e acompanhamento de organizações populares, sejam elas cooperativas, associações ou grupos informais.
Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol – UEPG)	Promover princípios como autogestão, cooperação, participação direta, valorização dos saberes locais, sustentabilidade, justiça social, além da geração de trabalho e renda a partir da organização coletiva dos trabalhadores.
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP - UCSAL)	Assessorias no campo da viabilidade e gestão dos empreendimentos da economia popular solidária
Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES - UFAL)	Incubação de redes locais de economia solidária por meio de tecnologias sociais e gestão coletiva dos bens comuns voltadas às necessidades e potencialidades das comunidades.

Como se pode perceber, a maioria dos serviços gira em torno do assessoramento, uma atividade que se faz presente nos diversos momentos do processo de incubação, como enuncia EID (2004). Em conformidade com este autor, as incubadoras devem prestar assessoria técnica sobre a organização do espaço físico; assessoria jurídica para auxiliar na escrita do estatuto e do regimento interno; assessoria no processo de inserção dos produtos e serviços no mercado através da implementação do marketing estratégico; assessoria no desenvolvimento das atividades internas buscando ampliar a democracia interna na perspectiva da autogestão e em demais aspectos que forem surgindo ao longo do processo.

Destacamos desta forma que o processo de incubação das respectivas incubadoras apresentadas, ao mesmo tempo que deve se pautar em aspectos comuns da metodologia de incubação, deve estar atentas às demandas particulares de cada empreendimento incubado, uma vez que o papel da incubadora é fazer com e não fazer por, tendo sempre como foco a autonomia dos grupos incubados.

4. DISCUSSÃO

A variedade de serviços prestados pelas incubadoras denota a pluralidade de definições e tipologias de incubadoras de cunho social. Em praticamente todas as unidades da federação brasileira encontram-se incubadoras nas universidades, prestando serviço a empreendimentos de economia solidária.

Os resultados alcançados na pesquisa refletem as considerações teóricas, no que se refere aos desafios enfrentados pelas incubadoras no apoio aos empreendimentos. A pesquisa revela uma falta de uniformidade na disponibilização das informações sobre a missão, identidade e valores das incubadoras, bem como, muitas não deixam claro os tipos de serviços oferecidos.

Salta aos olhos a preponderância de universidades federais que possuem incubadoras, com mais de 60% do total. É também interessante que a maioria dos estados possuem pelo menos uma incubadora, sendo que Bahia e São Paulo detêm o maior número, seguidos de Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o estudo feito é possível observar que a economia solidária vem se consolidando como uma alternativa propícia aos aspectos negativos do capitalismo. Uma vez que busca não apenas resultados econômicos, mas também a apropriação de seus membros para com o seu próprio negócio, estes empreendimentos vêm se mostrando um local próspero para que as instituições de ensino superior possam desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Buscando o desenvolvimento local através do empreendedorismo social, assim como a fomentação de projetos que agreguem no cotidiano universitário e na formação profissional de seus alunos, as universidades, em especial as federais, estão cada vez mais investindo em projetos dessa natureza, almejando trazer um olhar crítico para a realidade social e fornecendo as ferramentas para que seja possível empoderar cada vez mais grupos que se encontram desassistidos neste contexto de mercado.

Através das tabelas e gráficos percebemos a distribuição desigual das incubadoras pelo país, de forma que alguns estados possuem muitos empreendimentos e outros nem sequer entraram na lista. Este resultado nos traz um questionamento do porquê dessa distribuição desigual, se é por falta de disseminação dos princípios norteadores das ITCP e IEES, ou por esta não ser uma demanda em algumas regiões do país. Dessa forma, o estudo nos apresenta elementos que podem ser trabalhados em uma pesquisa futura.

REFERÊNCIAS

CANÇADO, A. C. et al. **Incubação de Cooperativas Populares: um estudo de multicaso na cidade brasileira de Camaçari/BA**. Revista Venezolana de Economía Social, v. 25, 2013.

CANÇADO, A. C., & GHIZONI, L. D. **ITCP/NESol/UFT ontem, hoje e amanhã: um balanço dos primeiros cinco anos**. Revista NAU Social, v. 4, 2013.

EID, Farid. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária. **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. São Paulo: Ideias & Letras**, v. 1, p. 167-188, 2004.

MOURÃO, Nadja Maria; ENGLER, Rita de Castro. Economia Solidária e Design Social: iniciativas sustentáveis com resíduos vegetais para produção artesanal. **Revista Interações**, v.15, n.2, 2014.

NETO, Luís Moretto; GARRIDO, Paulo Otolini; JUSTEN, Carlos Eduardo. Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras

sociais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, n. 3, 2011.

PEREIRA MURAD, Elisa; ANDRADE DE ABREU, Júlio César. Incubadoras universitárias de economia solidária: metodologias em perspectiva. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 9, n. 3, 2016.

ANEXO – LISTA DAS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS

NOME DA INCUBADORA	TIPO	UF
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP - UFAC)	Federal	AC
Incubadora de Empreendimentos de Base Tecnológica e da Economia dos Setores Populares e Tradicionais do Acre (INCUBAC - IFAC)	Federal	AC
Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL - UFAL)	Federal	AL
Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (ITES - UFAL)	Federal	AL
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (UFRA)	Federal	AM
Incubadora de Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários (ITSES - UFAM – Campus Manaus):	Federal	AM
Incubadora de Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários – ITSES - UFAM – Campus Parintins):	Federal	AM
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP - UFBA)	Federal	BA
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (INCUBA - UFRB)	Federal	BA
Incubadora de Empreendimentos Econômicos e Solidários (INCUBA - UNEB)	Estadual	BA
Incubadora da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)	Estadual	BA
Núcleo de Pesquisa Aplicada e Incubação de Empreendimentos Solidários da UESB	Estadual	BA
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP - IFBA)	Federal	BA
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP - UCSAL)	Particular	BA
Incubadora de Cooperativa Popular de Autogestão de Empreendimentos Sociais Produtivos (UFC)	Federal	CE
Incubadora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)	Estadual	CE
Multincubadora	Federal	DF
Incubadora Social e Solidária (ISSOL- CDT - UnB)	Federal	DF
Incubadora Social UFG	Federal	GO
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (UFVJM)	Federal	MG
Centro de Incubação de Empreendimentos Solidários (CIEPS - UFU)	Federal	MG
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP - UFV)	Federal	MG
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Intecoop - UFJF)	Federal	MG
Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias (ITESS - UFGD)	Federal	MS
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Pantanal e da Fronteira	Federal	MS
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (ITCP - UFMS)	Federal	MS
Incubadora Tecnológia de Cooperativas Populares Elos (ITCP Elos - UEMS)	Estadual	MS
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis	Particular	MT
Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (PITCPES/UFPA)	Federal	PA
Incubadora Tecnológica de Desenvolvimento e Inovação de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (INCUBTEC - IFPA - Campus Castanhal)	Federal	PA
Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários (UFCG)	Federal	PB
Incubadora de Empreendimentos Solidários (Incubes - UFPB)	Federal	PB
Incubadora de Empreendimentos Populares Solidários (INCEPS - UFPB - Campus Bananeiras)	Federal	PB
Incubadora de Empreendimentos Solidários (ITES - UFPI)	Federal	PI
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP - UFPR)	Federal	PR
Núcleo/incubadora Unitrabalho (Unitrabalho - UEM)	Estadual	PR
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários (INTES - UEL)	Estadual	PR
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IEES/CAU- UEM)	Estadual	PR
Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol – UEPG)	Estadual	PR
Núcleo Economia Solidária e Incubação de Cooperativas	Particular	RG

(UCPel)		
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP - UFRJ)	Federal	RJ
Instituto Gênesis	Particular	RJ
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária do Médio do Paraíba (InTECSOL - UFF)	Federal	RJ
Incubadora de Empreendimentos em Economia Solidária (IEES - UFF)	Federal	RJ
Incubadora Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias (OASIS - UFRN)	Federal	RN
Incubadora Agroindustrial de Mossoró (IAGRAM - UFERSA)	Federal	RN
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários de Rondônia (ITES/UNIR)	Federal	RO
Incubadora da Universidade Federal de Roraima	Federal	RO
Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social (ITECSOL - UNIJUI)	Regional (mantida pelo estado)	RS
Incubadora Tecnológica de Santa Maria (ITSM - UFSM)	Federal	RS
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP de Unochapecó)	Comunitária	SC
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP - FURB)	Municipal	SC
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários (ITEES - UFS)	Federal	SE
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP - USP)	Estadual	SP
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IEES - UNISANTOS)	Particular	SP
Incubadora de Sonhos (UNIFESP)	Federal	SP
Incubadora Social e Tecnológia Habits (Incubadora Escola - USP)	Estadual	SP
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP - UNICAMP)	Estadual	SP
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares (UNIMEP)	Particular	SP
NuMI-EcoSol	Federal	SP
Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IEES - UNITINS):	Estadual	TO

MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.

Fabiana Jordão Martinez[1] ; Watusi Rebelo da Silva[2]; Lintheane da Silva Martins[3].

EIXO: Mostra Científica Do Egesol

RESUMO: A economia solidária aparece no século XIX como uma via alternativa para pessoas excluídas do mundo do emprego, ainda que apresentem alta capacidade produtiva A inserção maciça das mulheres nos empreendimentos de economia solidária nos ultimos anos, hoje se apresenta como uma alternativa de autonomia e empoderamento. Embora vista com certo otimismo, reflete as contradições históricas do sistema capitalista calcadas nas desigualdades de genero que relegou as mulheres na niveis secundarizados na sociedade de classes, agregando-as a condições precárias e inferiorizantes de trabalho. Embora a inserção feminina na sociedade de classes seja uma discussão classica, as produções teoricas que buscam articular as mulheres na economia solidária são ainda muito escassas e recentes no Brasil. Este trabalho tem como objetivo delinear atraves da revisão sistematica um panorama sobre a discussão a respeito de mulheres na economia solidária no Brasil, buscando avaliar o alcance e o desenvolvimento do debate, bem como a diversidade e o contexto de areas disciplinares em que ele está sendo tecido e as principais interfaces do debate.

PALAVRAS-CHAVE: *Mulheres, economia solidária, revisão sistemática***.**

[1] Docente do curso de Ciências Sociais – UFG / Regional de Catalão
[2] Acadêmica do curso de Ciências Sociais – UFG / Regional de Catalão
[3] Acadêmica do curso de Ciências Sociais – UFG / Regional de Catalão

Introdução.

A economia solidária aparece no século XIX como uma via alternativa para pessoas excluídas do mundo do emprego, ainda que apresentem alta capacidade produtiva. A revolução tecnológica reorganizou toda a produção social por meio da reestruturação produtiva do capital das economias nacionais e dos processos de acumulação flexível, tendo como consequência a extinção de varias funções de trabalho, a precarização de ramos de atividade, a terceirização no processo produtivo e a diminuição média dos salários_ que ampliaram o desemprego e formaram um exército de reserva de trabalhadores (Harvey,1996). É somente na década de 90, auge da hegemonia das politicas neoliberais, que propostas de microcrédito e empreendedorismo se proliferam como uma resposta ao desemprego estrutural, responsabilizando ao nivel individual os cidadaos. Debate-se o papel da economia informal, sua contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB) e os recortes de gênero presentes nas desigualdades sociais.

Segundo Paul Singer (2008), a economia solidária é definida por duas principais características: 1. igualdade de direitos, onde os meios de produção são de posse coletiva e 2. a autogestão, isto é, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, onde cada membro do empreendimento tem direito a um voto em todas as decisões. Como consequência, dentro deste modelo, vigora a repartição coletiva do trabalho e das sobras líquidas para os associados. Assim, a economia solidária se propõe romper com a divisão social do trabalho através de varias outras rupturas: entre o proprietário dos meios de produção, entre trabalho intelectual e trabalho manual e requer a implementação de um tipo de gestão democrática e de práticas inovadoras de organização do trabalho. Envolve principalmente (e talvez disso sejam decorrentes as dificuldades apontadas acima) a construção de uma visão de sistema produtivo alternativa à perspectiva hegemônica do capitalismo, a saber, a desnaturalização da técnica e da organização de trabalho capitalista como sinônimo de eficiência.

Segundo o Sistema de Informação de Economia Solidária de 2013, existem no Brasil cerca de 20.000 empreendimentos de economia solidária; destes mais da metade congregam-

se sobre atividades rurais, ramo de maior concentração nas regiões Centro Oeste, Nordeste e Norte do país[4].

Ressoa nisso tudo, o recorte de gênero. As mulheres integram o significativo percentual de 44% do contingente de pessoas envolvidas em empreendimentos de economia solidária[5]. Isso é um indicativo de que a economia solidária tem se constituido no bojo dos processos de reconhecimento das mulheres como sujeitos sociais e politicos e consequentemente atraves do potencial de inserção das mulheres na sociedade de classes.
Contudo, parte da literatura sobre mulheres na economia solidaria tem apontado que embora esta proponha uma ruptura na divisao do trabalho, ela continua sendo parcial no caso das mulheres. Isso porque a preponderancia e permanencia das mulheres em empreedimentos solidários também se deve as demandas femininas por ocupações e postos de trabalho mais "flexiveis", que facilitem a administração do tempo entre a esfera domestica e profissional. Nestas circunstancias, não é exagero afirmar que os empreendimentos de economia solidaria incorporam as mesmas contradições do capitalismo: ao mesmo tempo em que infere uma desejada a autonomia feminina, perpetua as mesmas desigualdades de genero prescritas na estrutura capitalista.

Assim, é interessante notar que também na literatura científica sobre economia solidária, as mulheres apareçam como protagonistas autonomas e "empoderadas", o universo que as circunscreve como tal é ainda bastante restrito. Isso significa que embora haja uma extensa literatura sobre economia solidária, quando se articula este tema a mulheres, o universo de pesquisa se retrai significativamente.

Este trabalho tem por objetivo identificar, selecionar e avaliar as produções nos ultimos dez anos que tratem sobre "mulheres na economia solidária". Para tanto, em um primeito tópico estabelece uma analise critica da questao da invisibilidade feminina na sociedade de classes e na economia capitalista para depois, fazer uso da metodologia de revisão sistemática.

Gênero e economia solidária: dilemas e contradições.

[4] No centro oeste do país, existem 2021 empreendimentos de economia solidária estando 843 no estado de Goias. Sistema de Informação de Economia Solidária. Disponivel em: http://sies.ecosol.org.br/ acesso em 19/08/2017.
[5] Sistema de Informação de Economia Solidária. Disponivel em: http://sies.ecosol.org.br/ acesso em 19/08/2017.

Uma critica comum em textos sobre economia solidária recai sobre a visão limitada da economia hegemônica que se desdobra apenas sobre o aspecto mercantil, nao reconhecendo o trabalho de produção da vida a partir das tarefas domésticas e de cuidados. Dessa forma, continua considerando essa dimensão como uma externalidade ao modelo econômico.

As relações de gênero sempre estiveram ancoradas no patriarcalismo que prescreve a hierarquia entre homens e mulheres por meio de uma superioridade masculina, e que ainda tem forte influência sobre as instituições e normas sociais, reproduzindo-se seja nas relações familiares, com o Estado ou nas relações de trabalho. Assim, as mulheres, sempre estiveram excluídas do sistema capitalista que historicamente não absorveu o potencial feminino e as delegou à inferiorização social reiterando o status feminino como decorrente da sua capacidade de *reprodução social*, isto é, manter e gerir o ciclo de vida, o que inclui as tarefas de geração e cuidado dos filhos, bem como o gerenciamento e manutenção do espaço doméstico (Rosaldo,1980). Se o capitalismo se constitui baseado na premissa de haver trabalhadores livres para venderem sua força de trabalho, o custo da reprodução da força de trabalho no capitalismo tem sido pago pelas mulheres em suas famílias. Nesta divisão, os frutos do trabalho feminino, sejam eles, serviços domésticos ou produções mais palpáveis, tendem a ser destinados a família e ao lar; por isso, não são vistos como trabalho. Dentro deste princípio, a mesma função tem valores diferentes se é feita no espaço privado ou no público, se é destinada ao consumo próprio ou ao mercado, se é realizada por mulheres ou homens. E apesar de ficarem menos tempo desempregadas, as mulheres “optam” por empregos de tempo parcial, precarizados e de alta rotatividade que facilitam esta difícil administração do tempo. (Haraway, 2000; Nobre, 2003).

Por isso, não surpreende que esta assimetria cultural se reflita numericamente, e de forma bastante expressiva, em termos da permanência feminina no espaço domestico, refletindo um quadro de desigualdade: sete em cada 10 homens na população economicamente ativa trabalham ou procuram emprego, e menos de cinco em cada 10 mulheres estão na mesma situação. A diferença de rendimentos é marcante: as mulheres recebem 73,8% dos rendimentos dos homens (*idem*). As desigualdades refletidas nestes números é fruto de uma cultura patriarcal, que reproduz e hierarquiza uma divisão social do trabalho desigual. Em 2010, as mulheres informaram ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que gastam 24 horas por semana em atividades domésticas não

remuneradas, enquanto os homens declararam usar 10 horas nas mesmas tarefas (PNPM, 2009-2013). De forma mais geral, as mulheres são 70% da população pobre do mundo e detêm 1% da propriedade segundo dados da ONU (Marcha Mundial das Mulheres, 2002, p. 250).

A questão da mulher na economia solidária iniciou-se com a consciência da invisibilidade feminina no capitalismo e na sociedade de classes, da marginalização e do não reconhecimento do protagonismo das mulheres. Em algum momento de sua existência, grupos de mulheres populares se empenharam em gerar renda para garantirem o funcionamento do próprio grupo ou para justificarem para si e sua família as tardes em que se ausentavam de casa para estarem com as companheiras (Nobre, 2003). Assim, por tratar-se de um modelo de relações verticais, o cooperativismo privilegia as relações humanas, a sociabilidade compartilhada e a solidariedade. A visibilidade das experiências de mulheres cria referências positivas, as fortalece como sujeitos e contribui para problematizar as iniciativas do ponto de vista de gênero[6]. Essa troca de experiências, bem como a integração na estrutura de classes na sociedade capitalista tem sido apontada em diversos trabalhos como componentes fundamentais no empoderamento feminino (Bueno, 2001; Siliprandi, 2013).

Mas se de um lado, a economia solidária denota a inserção das mulheres na sociedade de classes, ela o faz reproduzindo de certa forma, as mesmas associações culturais que hierarquizam gênero em nossa cultura, como é o caso das tarefas de cuidado do lar e dos familiares no espaço doméstico, mais geralmente delegadas as mulheres. Enquanto a

[6] Se a experiência do cooperativismo é recente no Brasil, também no âmbito das políticas sociais, é recente a perspectiva transversal que incorpora o recorte de gênero, bem como os esforços em ressignificar alguns conceitos chaves referentes a participação feminina na dinâmica social. Em termos praticos, isso deve se traduzir nas condiçoes objetivas para o acesso ao mercado de trabalho e deve incluir politicas de acesso a terra, a moradia, a agua, formas de financiamento que atendam às mulheres em situação de vulnerabilidade social, à documentação, ao crédito, à assistência técnica, à comercialização da pequena produção familiar, entre outras medidas que, de forma articulada, contribuem para a inserção produtiva das mulheres (PNPM,2013-2015). Um dos grandes instrumentos que garante a mediação no dialogo entre governo e sociedade civil é o Plano Nacional de Políticas para as mulheres (PNPM), que reforça a participação social das mulheres no fortalecimento do Estado democrático como constitutiva de todas as fases de implementação e execução das políticas públicas. Mais concretamente, no caso do cooperativismo, no item "Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica", este documento prevê como linha de ação, a "*Promoção da autonomia econômica das mulheres por meio da assistência técnica e extensão rural, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e à comercialização, com fomento a práticas de economia solidária*." (PNPM, 2013-2015). Neste sentido, os projetos de empreendimento econômicos solidários são garantidos pelo Ministério do Trabalho e do Emprego e da Secretaria de Politicas para as Mulheres cujo papel seria o de favorecer os mecanismos para comercialização de sua produção e fortalecer o acesso qualificado das mulheres às linhas de microcrédito produtivo e assistência financeira. (PNPM, 2013-2015: pp.17).

identidade do homem trabalhador se associa ao trabalho assalariado formal, muitas mulheres ao ingressarem na economia solidária, estão também "optando" por uma ocupação de tempo parcial e flexível. Evidentemente que é possível desenvolver medidas de êxito não baseadas exclusivamente na renda e na produtividade do trabalho, exercitando valores de solidariedade, reciprocidade e humanizando relações. Contudo, deve-se pensar os riscos desta experiência em uma sociedade hegemonicamente capitalista, e sobretudo, em termos de divisão sexual do trabalho:

> "É possível garantir posições no mercado e preços competitivos com relações de trabalho humanizados? Se o grupo decide que resultados monetários pequenos são compensados pela qualidade nas relações de trabalho, isto implica em que o grupo seja formado por mulheres, que têm sua renda considerada secundária ou auxiliar (mesmo quando sustentam sozinhas suas famílias)? A isto se complementaria uma total desresponsabilização dos homens das preocupações domésticas, mergulhados em seu emprego, em horas extras, e a desoneração total das empresas capitalistas?" (Nobre, 2003: pp8.)

Assim, ao mesmo tempo em que a Economia Solidária se apresenta como uma via alternativa a inserção feminina na sociedade de classes, também suscita diversas contradições em sua experiência. De um lado, envolve a construção dos envolvidos como sujeitos politicos em um processo que demanda autonomia na tomada de decisões sobre a dinâmica do trabalho e sobre o conhecimento das regras de mercado (financiamento, crédito, engrenagem mercantil). De outro, a construção da identidade destes sujeitos como uma classe trabalhadora visto que os processos de trabalho envolvem a coletividade, agentes múltiplos e reúnem práticas, ou modalidades de práticas políticas diversas (Ferrante, *et.all*, 2013) [7]. A construção de si como sujeito político e identitário é efeito de um complexo processo de negociação que envolve identidades, reciprocidades, troca de experiências, de conhecimentos e de saberes. Também envolve a *experiência* das próprias mulheres junto a outros grupos sociais que são articuladores políticos, e o próprio momento conjuntural em geral[8].

[7] Dentre estes agentes destacam-se o papel particularmente relevante que algumas instancias tem adquirido nesta negociação como as universidades, a igreja, o movimento sindical e organizações não governamentais

[8] Tratando de mulheres de cooperativas rurais, Mota (2006) reforça o caráter legitimador que o conhecimento acadêmico adquire nestes processos, funcionando como um instrumento de legitimação e visibilidade à presença das mulheres nas atividades da produção agrícola e nas instâncias e manifestações políticas do movimento sindical dos trabalhadores rurais :"*Os estudos acadêmicos estão também presentes no cotidiano dos movimentos das mulheres trabalhadoras rurais, como textos que subsidiam as discussões sobre suas condições de vida e de trabalho. Além disso, existe a participação direta, física, das pesquisadoras na condição de colaboradoras e assessoras nos eventos que estes movimentos realizam. Assim, o discurso acadêmico sobre as mulheres trabalhadoras rurais tem sido uma de suas condições de produção, uma maneira de fazer a sua existência*." (Mota, 2006)

Metodologia

A revisão sistemática é um método de investigação científica com um processo rigoroso e explícito para identificar, selecionar, coletar dados, analisar e descrever as contribuições relevantes a pesquisa. Diferente dos metodos de pesquisa exploratória, a revisão sistemática parte de uma busca sistemática, tendo como objetivo fazer uma sintese rigorosa de todas as pesquisas relacionadas a uma questao ou problema de pesquisa. A análise dos artigos tem suas peculiaridades: há necessidade de dois ou mais pesquisadores; todos devem ler todos os artigos e discutir quais artigos entram ou não no portfólio bibliográfico, seguindo, portanto, um protocolo de pesquisa (Higgins e Sally, 2011 *apud* Ferenhof e Fernandes, 2016). Neste processo, a atividade de busca é fundamental e é realizada de forma diferenciada seguindo protocolos estabelecidos pelos pesquisadores (por exemplo, critérios de inclusão e exclusão dos dados de forma prévia).

O objetivo desta pesquisa foi traçar atraves da revisão sistemática um panorama sobre a discussão a respeito de mulheres na economia solidária no Brasil, buscando avaliar o alcance e o desenvolvimento do debate, bem como a diversidade e o contexto de areas disciplinares em que ele está sendo tecido e as principais interfaces do debate.

O protocolo de pesquisa estabeleceu os seguintes critérios de busca:

1. Localização de trabalhos sobre Mulheres na Economia Solidária no Google Acadêmico, utilizando os critérios:
    a. Os termos em minúsculo *economia solidária mulheres* (sem nenhuma aspa ou sinal) no título do trabalho;
    b. atribuição do período: 2007 a 2017.
2. Escolha dos trabalhos que têm acesso gratuito.
3. Pelos critérios de corte definidos não se incluiu:
    - trabalhos sem identificação de onde foi publicado;
    - trabalhos com links quebrados, ou que direcionam para páginas que apresentam chamada de atenção sobre segurança.

Resultados.

A pesquisa sobre Mulheres na Economia Solidária no Google Academicos foi feita em agosto de 2017 e gerou um total de 58 resultados; destes, foram excluidos 5 trabalhos pelos

motivos mencionados anteriormente. Trata-se de um universo bastante restrito, sobretudo em face aos mais de 15 mil resultados quando se busca apenas pelos termos Economia Solidária sem as aspas no título do trabalho ou os mais de 19 mil quando se busca por “Economia Solidária” com aspas no titulo.

Abaixo seguem os numeros das produções sobre economia solidária e mulheres por ano.

Ano	**Numero de trabalhos**
2007	2
2008	4
2009	3
2010	2
2011	8
2012	5
2013	7
2014	5
2015	7
2016	10
2017	0

QUADRO 1. Numero de produções por ano.

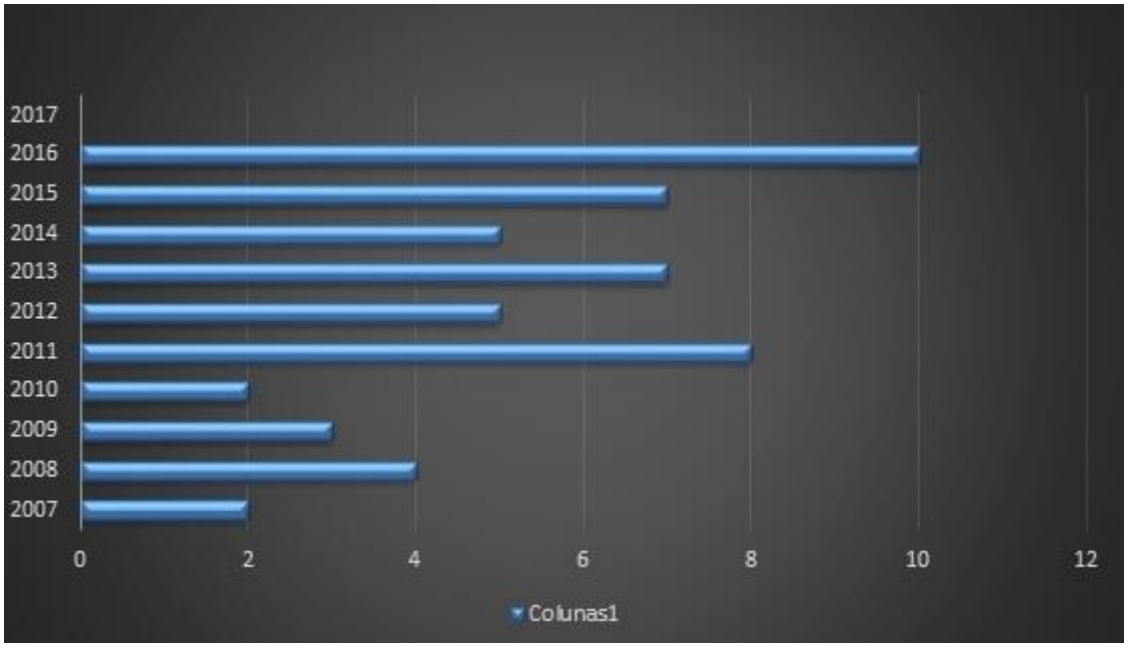

Grafico 1. Numero de publicações por tipo.

De 2007 a 2010 a produção se manteve tímida, observando-se um crescimento significativo a partir de 2011. A partir de então, houve periodos de quedas ligeiras, mas mantendo certa estabilidade até o ano de 2016 , considerado o de maior produtividade, cujo crescimento iniciou-se em 2015. Deve-se observar o fato de que em 2017 não foi encontrada nenhuma produção, o que muito provavelmente indica que o numero será inferior a 2016 e 2015.

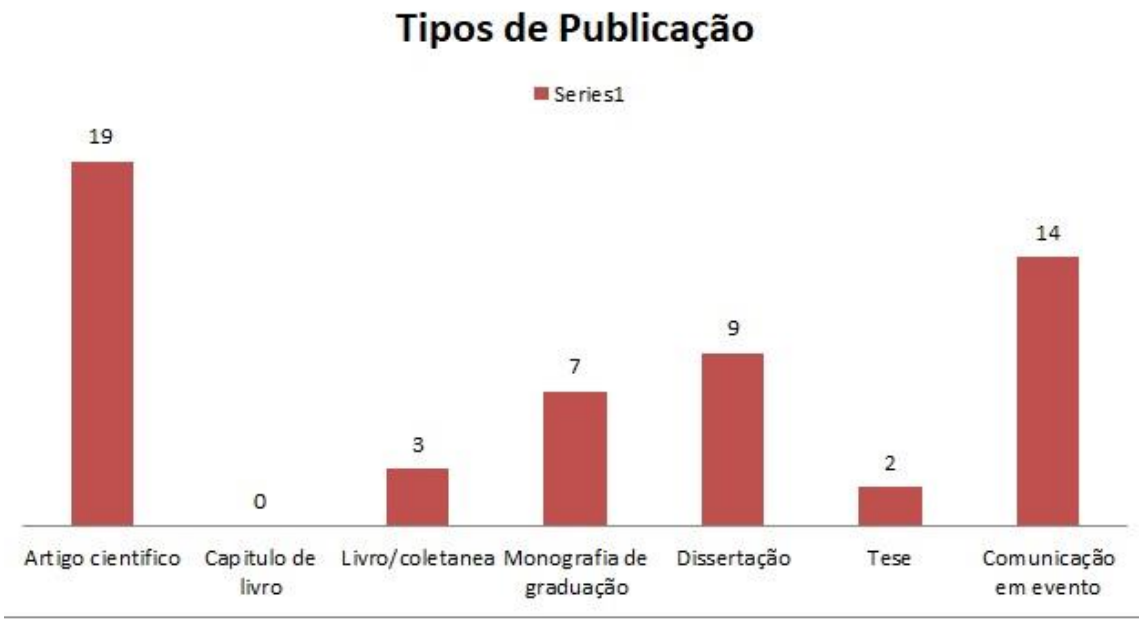

Grafico 2. Tipos de produção.

No periodo de dez anos, cerca de 35% desta produção foi divulgada em revistas sob a forma de artigos e em eventos cientificos (19 delas); outros 35% foi fruto de pesquisas academicas na forma de monografias, teses e dissertações (18 delas). Mas ainda assim, o número de trabalhos academicos em comparação com artigos cientificos é bastante baixo de uma perspectiva isolada. Outra tendencia observada foi a iniciativa de livros gratuitos para download sob a forma de coletaneas organizadas por diversos estudiosos e agentes de movimentos sociais, frutos de projetos de cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e entidades não governamentais[9].

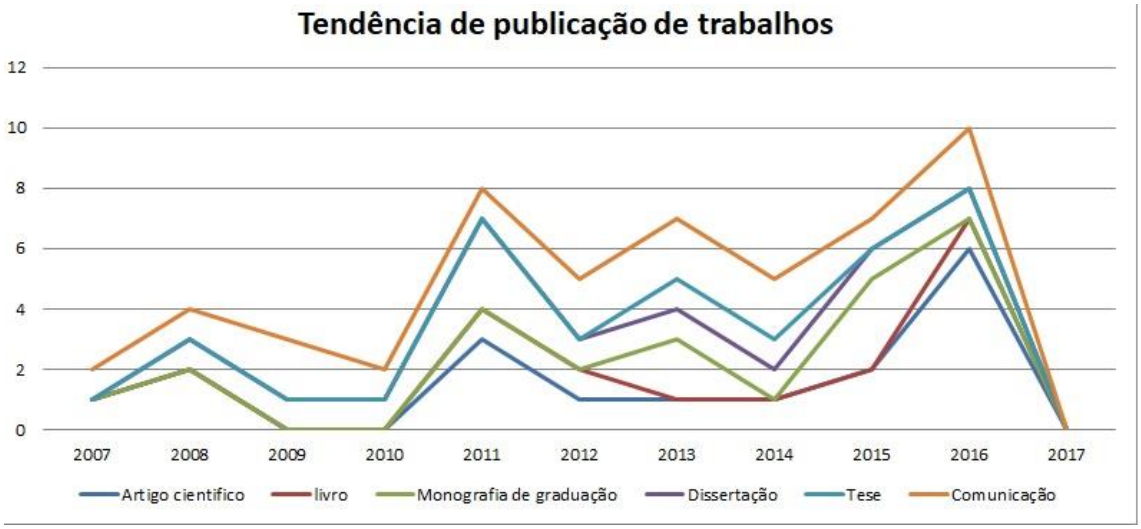

Grafico 3. Tendencias de publicações de trabalhos.

Como mencionado, o numero de comunicações parece obedecer a mesma tendencia de crescimento dos artigos científicos. Em 2012 o número de artigos foi o semelhante ao de dissertações e em 2015 ambos cresceram acompanhados do numero de monografias. Teses de doutorado figuram de forma quase irrisória nesta análise (2 apenas).

Por fim, a frequencia de palavras na analise das palavras chave. Dos 58 trabalhos pesquisados, houve 5 exclusões. Destes 53 artigos pesquisados, 4 deles não continham palavras chaves. No total, foram encontradas 301 palavras chaves. As mais encontradas foram; economia, solidária, mulher, mulheres, gênero e autogestão. A frequencia com que

[9] Um exemplo é a coletanea organizada por Butto, Andrea e Dantas, Isolda. Autonomia e Cidadania: Politicas de Organização Produtiva para Mulheres no Meio Rural. Brasilia: MDA, 2011.

aparecem estas palavras pode explicar uma tendencia em circunscrever a economia solidária como mais um campo de pesquisa dos estudos gênero, como pode ser visto pelos títulos, palavras-chave e resumos mostrados neste artigo. Isso demonstra uma tendencia em circunscrever . Para melhor visualização da frequência de palavras-chave apresenta-se a seguir uma nuvem de palavras, programada utilizando o software Wordclouds (http://www.wordclouds.com/). As palavras economia, solidária, mulheres, mulher e gênero foram retiradas por sua alta frequencia e por nos dar uma melhor visualização.

Figura 1. Nuvem de palavras- chave.

Discussão.

Autogestão, gestão, feminista, desenvolvimento, incubadora, sustentabilidade: palavras que tem dado o tom da economia solidária entre mulheres. Apesar das contradições mencionadas anteriormente, há algo de novo nisso tudo. Durante a decada de 70 quando as lutas feministas se condensaram em complexas discussões academicas sobre a “condição feminina” de onde posteriormente emergiu o conceito de genero (Correia, 2001), um movimento “fora para dentro” dava o tom das relaçoes; havia a necessidade de se trazer a

discussão feminista para dentro da academia. Em contrapartida, hoje temos a nítida percepção de que estamos em meio a um movimento, não apenas inverso "de dentro para fora", mas de fluxos intermitentes que se constituem por meio de um emaranhado de interlocuções, um movimento que Alvarez (2014) chama de campo discursivo de ação. Os campos discursivos de ação, "*se articulam* "*discursivamente através de linguagens, sentidos, visões de mundo pelo menos parcialmente compartilhadas, mesmo que quase sempre disputadas, por uma espécie de gramatica politica que vincula as atoras/es que com eles se identificam*" (Alvarez, 2014, pp.19).

Dentro disso, tudo parece indicar que a economia solidária, enquanto campo discursivo de ação tem se articulado em torno de uma nova gramatica feminista, que incorpora novas demandas e atores. Se a produção sobre mulheres na economia solidária é ainda bastante restrita e vagarosa, como demontra este estudo, devemos considerar que estamos diante de um universo restrito tecido entre mulheres, pesquisadoras e empreendedoras solidárias : aquelas que estão agora saindo dos muros academicos e buscando o dialogo e as que se encontram muitas vezes fora dela em lugares sociais pouco privilegiados: camponesas, indigenas, quebradeiras de coco, costureiras, rendeiras, marceneiras, artesãs. Do total de artigos analisados, apenas 3 são de autoria masculina, sendo apenas um, de um único autor.Grande parte da presença masculina está em parceria como co autor ou orientador do trabalho.

Assim, de um lado, tem havido por parte de pesquisadoras a necessidade de açoes extensionistas, de sair da universidade, ver de perto, de participar do processo de aprendizagem e de trocar experiencias. E consequemente, de reformular conceitos, despetrificando-os. De outro, tem sido cada vez mais necessário, incorporar estes novos atores da economia solidária nos processos de aprendizagem e de trocas demandados pelos "saberes academicos". Estamos de todo modo, diante de um emaranhado de interlocuções que parecem romper com as velhas dicotomias entre a academia e a participação politica, entre saberes formais e tradicionais, entre pesquisadores e pesquisados.

Neste processo, signos desta nova gramatica feminista que atravessa os diversos campos discursivos de ação, se traduzem de formas diversas. Nas redes sociais, emergem como palavras da moda, tal como empoderamento ou sororidade. Na economia solidária, se tornam autogestão ou autonomia.

Referencias

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu* no 43, Campinas, Jan/Jun2014.

BRASIL. Secretaria de Politicas para Mulheres. Plano Nacional de Políticas para Mulheres 2013-2015.

BRASIL. Secretaria de Politicas para Mulheres. Plano Nacional de Políticas para Mulheres 2009-2013.

BUENO, Paulo F.Z. *Gênero e cooperativismo: a participação das mulheres nas cooperativas de trabalho*. Trabalho de Final de Curso. IFCH/ UFRGS, 2001.

CORREIA, Marisa. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, no 16, 2001.

FERENHOF, Helio A. E FERNANDES, Roberto F. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método ssf. *Anais do 34º Painel de Biblioteconomia de Santa Catarina*. Criciuma, SC, 2016.

FERRANTE, Vera Lúcia S B. et all . "Na trajetória dos assentamentos rurais: mulheres, organização e diversificação". In: Delma Pessanha Neves; Leonilde Servolo de Medeiros. (Org.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. 1ed.Núcleo Bandeirante: Qualidade Gráfica e Editora, 2013.

HARAWAY, Donna. O manifesto ciborgue: ciencia, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari e SILVA, Tomaz Tadeu da. *Antropologia do Ciborgue. As vertigens do pós humano*. São Paulo: Autentica: 2000.

HARVEY. David. *A Condição pós moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MOTA, Maria D. de Brito. "Margaridas nas ruas: As mulheres trabalhadoras rurais como categoria política" In WOORTMAN, Ellen *et all. Margarida Alves: coletânea de Estudos Rurais e de Gênero*. Ministério do Desenvolvimento Agrário, DF, 2006.

NOBRE, Mirian "Mulheres na economia solidária". In Cattani, Antonio. *A Outra economia.* Editora Veraz e Unitrabalho: Porto Alegre, 2003.

ROSALDO, Michelle "A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica" in ROSALDO e LAMPHERE (orgs.) *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SILIPRANDI, Emma. "Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil" In: Delma Pessanha Neves; Leonilde Servolo de Medeiros. (Org.). *Mulheres*

camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. 1ed.Núcleo Bandeirante: Qualidade Gráfica e Editora, 2013.

SINGER, Paul. "Economia Solidária: entrevista com Paul Singer." *Estudos avançados.* vol.22 no.62 São Paulo Jan./Apr. 2008